



7792275

08001.004855/2018-49

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

Decisão nº 11/2018/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE

Destino: CGL**Assunto:** Julgamento de Recurso Administrativo do Pregão Eletrônico nº 18/2018**Recorrente:** OFICINA DA PALAVRA LTDA**Itens/Grupos:** Item 3

A Pregoeira do Ministério da Justiça - MJ, no exercício das suas atribuições regimentais designada pela Portaria nº 88, de 18 de abril de 2018, e por força dos art. 4º, incisos XVIII e XX da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; art. 8º, inciso IV do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e, subsidiariamente, do inciso II do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, apresenta, para os fins administrativos a que se destinam suas condições e decisões acerca do Recurso Administrativo interposto pela empresa OFICINA DA PALAVRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.930.917/0001-83, em relação ao Item 3.

1. DA SÍNTESE FÁTICA

1.1. Trata-se de Pregão Eletrônico nº 18/2018, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação e relações públicas, envolvendo os serviços de *clipping*, auditoria de imagem, *media training*, fotografia, atendimento à imprensa, produção de conteúdo escrito e audiovisual, ações de relacionamento em ambientes digitais, planejamento e realização de entrevistas coletivas, para suprir as necessidades do Ministério da Justiça - MJ, conforme condições estabelecidas no Edital.

1.2. A fase interna iniciou-se por meio do Memorando nº 83/2018/ASCOM/GM (6661804), em 02/07/2018, encerrando-se em 29/11/2018 com a autorização para deflagração do certame, conforme Despacho nº 2839/2018/CGL/SAA/SE (7599163).

1.3. O Aviso de Licitação do Pregão Eletrônico nº 18/2018 no Diário Oficial da União (7607345), no Jornal de Grande Circulação (7622681), assim como disponibilizado no sítio do Ministério da Justiça (7618138), deram início à fase externa da licitação, informando que a sessão pública do pregão ocorreria em 12/12/2018.

1.4. A abertura da sessão pública ocorreu no dia 12/12/2018, conforme agendando. A ordem de classificação do pregão foi acostada aos autos, conforme SEI nº 7691440.

1.5. Abaixo, segue tabela com o resumo das convocações referentes ao Item 3 e dos eventos ocorridos:

ITEM 3									
Ordem de Classificação	Licitante Convocada	CNPJ	Lance Ofertado	Proposta	Certidões Regularidade	Diligências	Ocorrência	Situação	SEI
1ª	JHE COMUNICAÇÃO LTDA	14.173.825/0001-12	R\$ 89.080,00	7694957	7691682 e 7691693	7702821	Não restou comprovada a compatibilidade do objeto social da licitante com os itens/grupos licitados - Item 8.8.5 do Edital	Desclassificada	7696946
2ª	PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA	03.958.504/0001-07	R\$ 89.090,00	7705254	7704240 e 7704639.	7709141 e 7709496	Atendimento das exigências do Edital	Aceita e habilitada	7706122 e 7709662

2. DA INTENÇÃO DE RECURSO

2.1. Aberto o prazo para apresentação de intenção de recurso, a licitante OFICINA DA PALAVRA LTDA interpôs manifestação para o Item 3, nos seguintes termos:

Manifestamos interesse na interposição de recurso, ao resultado de habilitação referente ao Item 3 – Media Training, de acordo com o item 11.1 do Edital, tendo em vista o descumprimento, pela Licitante Partners do item 8.8.2 do Edital, bem como ao disposto no item 8 do Anexo I-D.

3. DA TEMPESTIVIDADE

3.1. As razões de recurso apresentadas pela empresa OFICINA DA PALAVRA LTDA constam no SEI nº 7741017.

3.2. A licitante, PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA, não apresentou as contrarrazões no prazo estipulado no sistema.

4. DAS RAZÕES DO RECURSO

4.1. Em linhas gerais a **Recorrente**, OFICINA DA PALAVRA LTDA, alega:

2 – DAS RAZÕES RECURSAIS

O Ministério da Justiça, por intermédio de Pregoeiro designado pela Portaria nº 88, de 18 de abril de 2018, da Coordenação- Geral de Licitações e Contratos da Subsecretaria de Administração, divulgou a realização de Licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônico, do tipo menor preço, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de assessoria de imprensa, planejamento de comunicação e relações públicas, envolvendo os serviços de clipping, auditoria de imagem, media training, fotografia, atendimento à imprensa, produção de conteúdo escrito e audiovisual, ações de relacionamento em ambientes digitais, planejamento e realização de entrevistas coletivas.

A Licitação foi dividida em lotes de itens não agrupados e grupos.

A recorrente, na qualidade de empresa especializada na prestação dos serviços objeto do presente edital, credenciou-se e encaminhou a proposta nos termos exigidos pelo Edital, para o item 3 não agrupado.

Juntamente com a recorrente, participaram do certame, com interesse no Item 3 – Media Training, as seguintes empresas: APPROACH COMUNICAÇÃO

INTEGRADA LTDA; PARTNERS COMUNICACAO INTEGRADA LTDA; JHE COMUNICAÇÃO LTDA; e CLIP E CLIPPING LTDA.

Encerrada a etapa de lances, as empresas foram assim classificadas conforme os lances oferecidos: 1º JHE COMUNICAÇÃO - VALOR OFERTADO: R\$89.080,00; 2º PARTNERS COMUNICAÇÃO - VALOR OFERTADO: R\$89.090,00; 3º OFICINA DA PALAVRA - VALOR OFERTADO: R\$95.322,00; 4º APPROACH COMUNICAÇÃO - VALOR OFERTADO: 149.300,00; 5º CLIP E CLIPPING - VALOR OFERTADO: R\$153.000,00.

Declarada arrematante, a empresa JHE COMUNICAÇÃO foi chamada a apresentar a documentação de habilitação segundo as exigências previstas no Edital. Apresentada, tempestivamente, a empresa foi declarada inabilitada, em virtude do desatendimento ao item 8.8.5 do Edital, visto que a empresa apresenta objeto social incompatível com os itens licitados.

Ato contínuo, o pregoeiro chamou a segunda colocada para apresentação da documentação de habilitação. Após análise, a empresa PARTNERS COMUNICAÇÃO foi declarada aceita e habilitada pelo pregoeiro.

Não obstante o zelo habitual no trato da coisa pública por este Pregoeiro, algumas questões de extrema importância passaram despercebidas por ocasião da análise dos documentos de habilitação, que, a nosso ver, alteram o resultado apresentado, conforme razões abaixo expostas.

2.1. DOS ATESTADOS APRESENTADOS PELA LICITANTE PARTNERS

O Edital previa em seu item 8.8 que as empresas deveriam apresentar, no momento da habilitação, entre outros, os documentos de qualificação técnica. Segundo os subitens do item supramencionado, a comprovação de capacidade técnico-operacional deveria ser realizada mediante apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha serviços compatíveis com o objeto do pregão.

O Edital explicitava ainda que é considerado como pertinente e compatível a comprovação da prestação dos serviços, por meio de atestados, nos termos descritos na tabela do item 8.8.1.1.

Para comprovação de capacidade técnico-operacional do item não agrupado 3 – Media Training, o atestado necessitava comprovar o “fornecimento de 1 treinamento de porta-voz, com carga horária mínima de 4h, com simulação de entrevistas e laboratório de fonoaudiologia”.

Veja então que para devida comprovação o atestado de capacidade técnica necessitava observar três requisitos: 1- Treinamento de porta-voz com carga horária mínima de 4h; 2- Simulação de Entrevistas; e 3- Laboratório de fonoaudiologia.

Ocorre que, os atestados apresentados pela Licitante Partners não atenderam a todas as exigências previstas no Edital, supramencionadas.

A Licitante apresentou 3 (três) atestados.

O Primeiro, do Ministério do Trabalho, atestou que a empresa Partners presta “serviço técnicos especializados e de suporte às atividades de assessoramento em comunicação, assessoria de imprensa, comunicação digital e relações públicas, para auxiliar na execução das políticas, estratégias e ações de comunicação institucional do Ministério do Trabalho”. O Atestado especifica ainda, entre outros, o seguinte serviço: “Capacitação de fontes: evento de capacitação o ministro de Estado para fornecer informação e garantir interação produtiva com a imprensa e outros públicos. Contratação de palestrante com curso superior e mínimo de 10 (dez) anos de atuação em veículos de comunicação”.

Embora tal atestado especifique o serviço de evento de capacitação ligado à interação com a mídia, importante ressaltar que não menciona a quantidade mínima de 4h prevista no Edital, primeiro erro. Além disso, o atestado especifica a equipe utilizada para a prestação dos serviços e em nenhum momento consta a participação de profissional de fonoaudiologia, segundo erro. Ademais, o atestado em momento nenhum prevê a realização de simulação de entrevistas, terceiro erro.

Desta forma, o Atestado do Ministério do Trabalho não está apto a atender às exigências do Edital, não comprovando, nem mesmo, as 4h de treinamento de porta-voz, tampouco as demais exigências.

O segundo atestado foi emitido pela ABRASEL – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES, atestando que a licitante lhe prestou serviços, entre outros não relevantes no momento, “Media training para 30 executivos, com carga horária de 16 horas/aula”. De fato, o presente atestado comprovou a execução de treinamentos com carga horária superior ao mínimo exigido no edital, no entanto, em nenhum momento comprova a execução de Simulação de Entrevistas Laboratório de fonoaudiologia.

Além disso, o atestado descreve que para prestação dos serviços foram utilizados profissionais de assessoria de imprensa, relações públicas, revisão de texto, programação visual, webdesigner e edição de arte. Assim, fica evidente que o último requisito, referente ao laboratório de fonoaudiologia não foi realizado no treinamento, tendo em vista a inexistência de profissional apto para tal.

O terceiro e último atestado apresentado foi formulado pela ARTE DE ARRUMAR LTDA.ME, que atestou que a PARTNERS foi a responsável por

ministrar o curso de Media Training para um dos clientes da atestante em 4 sessões distintas. Neste caso, evidenciamos que, embora o atestado preveja “domínio dos recursos da fala”, “a fala: modulação, pausa, intensidade, articulação, ressonância, ênfase e vogais”, entre outras, em nenhum momento cita a participação de profissional de fonoaudiologia.

Ora, é cediço que embora tais treinamentos abordem a fala, dicção, entre outros, nem sempre tais treinamentos contam com especialista em fonoaudiologia.

Desta forma, tendo em vista que o atestado não apresenta comprovação de que realizou “LABORATÓRIO DE FONOAUDIOLOGIA”, não é possível presumir que tal serviço tenha sido realizado. Além disso, pelo princípio da isonomia, não é razoável presumir a capacidade técnica de eventual licitante, enquanto os demais, de fato, executaram o serviço e apresentarão em momento oportuno a comprovação.

Ademais, convém ressaltar que embora o Pregoeiro tenha realizado diligências em relação aos atestados da PARTNERS, estas foram apenas no sentido de verificar a veracidade dos documentos, o que não supriu os vícios constantes nos documentos.

Desta forma, ante o exposto e em conformidade com o direito, a seguir delimitado, requer a desconsideração dos atestados apresentados pela licitante Partners em virtude do não atendimento às regras específicas editalícias, bem como a inabilitação da mencionada.

2.2. DA NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO EDITAL

O Edital previa em seu item 10.2 que a Proposta final encaminhada pelo licitante declarado vencedor deveria observar o ANEXO I-D do Termo de Referência.

Referido anexo definia, em seu item 8, que a licitante deveria apresentar “declaração de que cumprirá todos os prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos”. Tanto é que tal obrigação foi cumprida pelos licitantes com a apresentação da declaração no corpo da proposta comercial ou a parte, em documento autônomo.

Ocorre que a licitante Partners não apresentou a declaração exigida no Edital. Sabe-se que a ausência de apresentação, no momento oportuno, de qualquer documento de habilitação deve gerar, consequentemente, a inabilitação da licitante.

Além disso, a licitante deveria apresentar, na proposta comercial, uma modalidade de garantia, segundo o item 5 do Anexo I-D, o que também não fez, apresentando a informação “não aplicável”.

Desta forma, considerando a inobservância a requisitos explícitos no Edital, correta seria a devida inabilitação da licitante, tendo em vista a não apresentação de documentos em conformidade com seu instrumento convocatório.

3 – DO DIREITO

Os procedimentos licitatórios possuem princípios basilares que são imprescindíveis para sua validação. A Lei 8.666/1993, em seu artigo 3º, definiu que a licitação destina-se a garantir a observância ao princípio constitucional da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O princípio da igualdade define que a Administração deve dar tratamento igual a todos interessados, condição essencial para garantia da competição em licitações. Por sua vez, o princípio da vinculação ao edital disciplina que todo processo de licitação deverá seguir seu Edital, documento fundamental que constitui lei entre as partes.

Abaixo à legislação pertinente à matéria, o Edital se sobressai, estabelecendo regras específicas e peculiares a cada licitação, devendo a Administração permanecer estritamente vinculada ao referido documento e condições nele estabelecidas.

Conforme ensinamentos de Hely Lopes Meirelles, “nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu”. (Meirelles, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. 14 ed., São Paulo: Malheiros, 2007)

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório em conjunto com o da isonomia visam proteger os procedimentos licitatórios de situações que afastem a administração das exigências fixadas nos editais. A administração deve abster-se de aceitar documentos com características diferentes das já especificadas.

Ora, a aceitação de documentos em descumprimento à exigência expressa do Edital, bem como aceitação de informações em desconformidade com o

Edital eivam o procedimento licitatório de vícios insanáveis.

Ademais disso, a administração deve seguir aos ditames do princípio do julgamento objetivo, que determina que o administrador deve observar critérios objetivos, definidos no ato convocatório para julgamento da documentação e das propostas, afastando a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no instrumento de convocação, ainda que em benefício da própria Administração. (Brasil. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília : TCU, Secretaria-Geral da Presidência : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010.)

Aceitar atestados em desconformidade com as exigências do Edital, pressupondo a realização de determinado serviço é afastar-se da proteção do referido princípio.

A desobediência aos princípios basilares do processo licitatório compromete a validade do procedimento como um todo. Neste aspecto, o Tribunal de Contas da União já se manifestou por inúmeras vezes quanto à nulidade do certame nos casos em que houver desobediência às diretrizes fundamentais das licitações:

“A violação de princípios básicos da razoabilidade, da economicidade, da legalidade e da moralidade administrativa, e a desobediência às diretrizes fundamentais da licitação pública, no caso, a isonomia entre licitantes, o julgamento objetivo, a vinculação ao instrumento convocatório, bem como o caráter competitivo do certame constituem vícios insanáveis que ensejam a fixação de prazo para exato cumprimento da lei, no sentido de declarar a nulidade do certame. (TCU. Acórdão 6198/2009 Primeira Câmara)”

No caso em tela, tanto a aceitação de atestados em desconformidade com as exigências do Edital, como a não apresentação de informações solicitadas, em benefício de um licitante, gera o tratamento desigual para com os demais, afastando a Administração do dever de vinculação ao Edital bem como ao dever de julgar objetivamente os documentos apresentados pelas licitantes, motivo pelo qual, entendemos que o julgamento publicado por este Pregoeiro deve ser revisado.

4– DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, e, com a certeza da eficiência e imparcialidade com que Pregoeiro vem prestando seu papel no presente certame, a recorrente requer:

- a) O recebimento e processamento do presente recurso;
- b) A desconsideração dos atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa Partners tendo em vista que não atendem a todas exigências previstas no edital e a consequente inabilitação da licitante;
- c) A inabilitação da licitante Partners em virtude da não apresenta de declaração e informação previstas no Anexo I-D do Edital.

5. DAS CONTRARRAZÕES

5.1. Conforme já informado a licitante, PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA, não apresentou as contrarrrazões no prazo estipulado no sistema.

6. DA ANÁLISE DA ÁREA TÉCNICA DEMANDANTE

6.1. A Assessoria de Comunicação Social manifestou-se por meio da Nota Técnica n.º 02/2019/ASCOM/GM/MJ (7802973), explicitando:

DA ANÁLISE TÉCNICA DAS RAZÕES APRESENTADAS

No que tange à habilitação técnica, não assiste razão à recorrente uma vez que do exame dos atestados técnicos apresentados pela empresa habilitada verifica-se que restam atendidos os termos do Edital. Em tempo, para o item 3, o item 8.8.1 do Edital previa o "*fornecimento de 1 treinamento de porta-voz, com carga horária mínima de 4h, com simulação de entrevistas e laboratório de fonoaudiologia*".

É pertinente observar que o atestado técnico deverá comprovar a realização de atividade compatível e similar com o objeto a ser contratado. Nesse sentido, foram destacadas três características mínimas do serviço de *media training* que caso presentes constituiriam atividade similar ao serviço a ser contratado. Desta feita, foi exigida carga horária mínima, considerando que a licitante deverá ser capaz de dimensionar o conteúdo a ser ministrado em seu treinamento, com a metodologia de ensino própria de *media training* em face às limitações de tempo. Ainda como característica relevante desse tipo de treinamento, foi solicitada comprovação de que a empresa é capaz de adotar a metodologia de entrevista simulada, o que permite ao porta voz a ser

capacitado vivenciar no ambiente de estudo situações reais que terá que enfrentar ao lidar com a mídia. Por fim, verificou-se relevante, inclusive mediante a informação de agentes deste Ministério que participaram de treinamentos dessa natureza no contrato anterior, a relevância de se capacitar o porta voz quanto ao domínio dos recursos da fala.

Verifique-se que o objeto a ser contratado prevê semelhante elemento na prestação do serviço ao exigir a realização de "*laboratório de fonoaudiologia com profissional especialista, com o objetivo de melhorar a dicção, postura e discurso*". Nessa linha, o que se deve ter em conta, ao se considerar o serviço laboratório de fonoaudiologia são os seus objetivos, quais sejam a melhoria da dicção, postura e discurso. De fato, ao tratar-se de objeto similar já é assente no TCU que o atestado não precisa comprovar a prestação de serviço idêntico ao ser contratado, bastando a presença de elementos mínimos, pontos de semelhança, capazes de demonstrar a compatibilidade do serviço comprovado.

Nessa linha, ao ser exigido a comprovação de laboratório de fonoaudiologia os licitante participantes poderiam fazê-lo tanto por meio da comprovação da presença de um profissional fonoaudiólogo quanto pela presença dos elementos que se visa alcançar com esse laboratório, quais sejam melhoria da dicção, postura e discurso. Dessa forma, da leitura do atestado emitido por ARTE DE ARRUMAR verifica-se que dentre os serviços prestados pela recorrida encontra-se a realização de treinamentos, com carga horária superior ao exigido pelo Edital, com módulos visando o domínio de postura e discurso e o domínio dos recursos da fala, consta na programação do treinamento realizado: postura corporal, gesto e expressão facial; a fala: modulação, pausa, intensidade, articulação, ressonância, ênfase e vogais; a respiração e a "gestalt das palavras" (método Glorinha Beuttenmüller); dicção e articulação: projetar a voz e falar claramente.

Assim, na análise da compatibilidade e similaridade dos serviços prestados com os requisitos exigidos no edital, em especial a comprovação de *media training* com laboratório de fonoaudiologia, que por sua vez visa o treinamento da dicção, postura e discurso, esta unidade técnica entende que restou comprovado o item 8.8.1 do Edital.

No que tange à comprovação do item 8.8.2 do Edital, é preciso, em primeiro lugar, esclarecer que a exigência do item 8.8.1 não se confunde com a do item 8.8.2 do Edital. Em tempo, no item 8.8.1 do Edital a licitante deverá comprovar a prestação de serviços nas condições ali definidas como forma de demonstrar que é capaz de realizar serviço similar ao objeto a ser contratado, para o caso do item 8.8.2 o que se busca é verificar a solidez do futuro fornecedor fundada em sua experiência, o que visa minimizar os riscos da administração contratar empresas que acabem não conseguindo cumprir o contrato. O Tribunal de Contas da União, ao analisar a pertinência de se exigir a comprovação de prestação de serviço compatível e de prazo de experiência identificou as duas exigências como de natureza distinta, conforme trecho do voto que fundamenta o Acórdão 8.364/2012-2ª Câmara:

4.Com efeito, também entendo que as exigências de experiência mínima de 3 (três) anos no mercado do objeto licitado e de estar gerindo 20 postos, apesar de serem complementares, não se sobrepõem nem são excludentes, tendo em vista que buscam avaliar competências distintas. A primeira atenta para a experiência e a estabilidade da empresa no mercado ao passo que a segunda busca aferir a sua capacidade de gestão de pessoas e a de suportar os custos mínimos de administração inerentes à prestação dos serviços, independentemente do número de postos.

Dessa forma, tratam-se de requisitos distintos sendo possível, a cumprimento de um e o descumprimento de outro por parte da empresa e ainda, sendo possível a comprovação de um por determinado documento ou conjunto de documentos e a não comprovação do outro nesse mesmo conjunto de documentos.

Nesse sentido, para o caso em tela, a empresa recorrida comprovou por meio de atestados distintos o pleno atendimento dos itens 8.8.1 e 8.8.2 do Edital relativamente ao item 3. De fato, para ambos os itens a empresa deveria comprovar a realização de serviço compatível ou similar ao de *media training*. Para o item 8.8.1 os critérios específicos para caracterização de serviço compatível à *media training* foram definidos na tabela do item 8.8.1.1, os quais foram atendidos pelo atestado emitido por ARTE DE ARRUMAR, para o item 8.8.2 bastava que a empresa comprovasse a realização de prestação de serviço similar à *media training*, independentemente dos critérios específicos da tabela do item 8.8.1.1, pelo prazo de três anos, o que restou comprovado por meio do atestado expedido por ABRASEL.

Ainda em suas razões, a recorrente aponta a ausência de elementos relativos à proposta, quais sejam declaração de cumprimento dos prazos do edital e a modalidade da garantia contratual. Quanto a estas declarações verifica-se que a desclassificação da licitante por sua ausência extrapolaria os limites do formalismo moderado, princípio a ser observado pela administração pública na realização de seus atos. Em tempo, na fase de aceitação, a identificação da ausência desses documentos não ensejaria a desclassificação de pronto da empresa e sim a possibilidade de diligência para complementação da

documentação, nessa linha, caso provida essa razão recursal, esta unidade pleitearia o retorno de fase para aceitação visando a abertura de diligências. Contudo, o que se verifica é que a documentação faltante foi apresentada pela empresa recorrida ao encaminhar sua documentação original apresentou a declaração indicado no Anexo I-D do edital, conforme se verifica da leitura do documento nº SEI 7758337.

No que tange à modalidade da garantia, é de se observar que a empresa a ser convocada para assinatura do contrato tem o prazo de até 10 dias, após a assinatura, para a apresentação da garantia, de sorte que, desde que respeitadas as modalidades indicadas no §1º do artigo 56 da Lei nº 8.666, de 1993, nesse período a licitante pode escolher livremente a forma de garantia a ser apresentada. Nessa linha, não se nos afigura razoável a desclassificação de licitante que detém o menor preço pela ausência de indicação da modalidade de garantia, considerando os prazos conferidos pelo Edital para que a apresentação da garantia em si ocorra somente 10 dias após a assinatura do contrato. Não obstante, com o fito de conferir maior fundamentação, foi procedida diligência junto à recorrente, a qual apresentou, por via de e-mail (7804903), a modalidade de garantia contratual a ser utilizada no contrato a ser firmado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, considerando a ausência de elementos capazes de alterar a análise técnica realizada por essa unidade, mantemos a integra da manifestação técnica emitida por meio da Nota Técnica n.º 23/2018/ASCOM/GM/MJ de sorte a manter a aceitação e habilitação técnica de PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA para o item 3 do Pregão Eletrônico nº 18/2018.

7. DA ANÁLISE DA PREGOEIRA

7.1. Quanto às alegações referentes aos atestados de capacidade técnica acompanhamos o entendimento proferido pela área técnica demandante.

7.2. No que tange à realização de diligências esclarecemos, ainda:

7.2.1. O art. 43, §3º, da lei de licitações: *É facultada à Comissão ou autoridade superior, **em qualquer fase da licitação**, a promoção de diligência destinada a **esclarecer ou a complementar a instrução do processo**, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.*

7.2.2. A promoção de diligência é incentivada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, como ocorrido no Acórdão 2159/2016 do Plenário que indicou caber ao pregoeiro o encaminhamento de *“diligência às licitantes a fim de suprir lacuna quanto às informações constantes das propostas, medida simples que privilegia a obtenção da proposta mais vantajosa e evita a desclassificação indevida de propostas”*.

7.2.3. Por trás dessa prerrogativa encontram-se a finalidade da busca da proposta mais vantajosa pela Administração, bem como a aplicação do formalismo moderado nos certames licitatórios ponderado com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

7.2.4. Trata-se, assim, de um juízo de verdade real em detrimento do entendimento segundo o qual o que importa é se o licitante apresentou os documentos adequadamente, subtraindo-se o fato desse mesmo licitante reunir ou não as condições de contratar com a Administração.

7.2.5. Nesse contexto, a Corte de Contas se inclina em reconhecer que o procedimento licitatório não deve ser pautado num formalismo exacerbado que desvirtue sua finalidade.

8. DA CONCLUSÃO

8.1. Analisando as razões recursais da Recorrente, bem como os requisitos do edital, a legislação vigente, o posicionamento dos órgãos de controle, os princípios administrativos e com lastro na manifestação da área técnica demandante, verifica-se que **não se afiguram motivos para a reconsideração da decisão de declarar vencedora do Pregão Eletrônico nº 18/2018 a licitante PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA para o item 3**, nem para proceder sua desclassificação/inabilitação, razão pela qual mantenho a decisão.

8.2. Conforme art. 3º, §3º da Lei nº 8.666/93, os autos do procedimento licitatório são públicos e acessíveis a qualquer interessado, por meio de acesso eletrônico externo, nos termos do item 25.9 do Edital.

8.3. Assim, encaminho os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta, nos termos do inciso IV, art. 8º do Decreto nº. 5450/2005.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRA LACERDA FERREIRA RIOS, Pregoeiro(a)**, em 03/01/2019, às 18:10, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **7792275** e o código CRC **BD0C951F**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.

Referência: Processo nº 08001.004855/2018-49

SEI nº 7792275